

I - disponibilização do arquivo em ambiente virtual seguro do TRE-RN, com acesso restrito e controlado por senha, concedido à pessoa previamente designada pelo juízo demandante;

II - envio do link de acesso ao e-mail institucional individual da pessoa autorizada a receber os dados, com a devida certificação nos autos;

§ 1º O acesso ao arquivo ficará disponível pelo prazo máximo de 5 (cinco) dias, devendo ser revogado após esse período.

§ 2º O ofício de encaminhamento do link de acesso à lista deverá conter alerta expresso sobre o dever de utilização dos dados exclusivamente para a finalidade que motivou a solicitação e a obrigação de sua eliminação após o uso, nos termos da LGPD.

Art. 9º Após o envio dos dados, o Cartório Eleitoral certificará nos autos do processo SEI a data da disponibilização, juntando os respectivos comprovantes, com exceção da lista de eleitoras e eleitores, e procederá ao arquivamento do feito.

Art. 10 Dê-se ciência deste Provimento a todas as Zonas Eleitorais do Rio Grande do Norte.

Art. 11. Este Provimento entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

DESEMBARGADOR RICARDO PROCÓPIO BANDEIRA DE MELO

Corregedor Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte

ATOS CONJUNTOS

PORTARIAS

PORTARIA CONJUNTA PRES/CRE Nº 14/2025

PUBLICAÇÃO EM : 18/12/2025

Dispõe sobre o horário de expediente da Justiça Eleitoral do Estado do Rio Grande do Norte no período de 07 a 20 de janeiro de 2026.

A DESEMBARGADORA-PRESIDENTE E O DESEMBARGADOR-CORREGEDOR DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE, usando das atribuições que lhes são conferidas pelos artigos 20, inciso XLII, e 22, inciso XXIV, respectivamente, do Regimento Interno do Tribunal,

RESOLVEM:

Art. 1º No período de 7 a 20 de janeiro de 2026, o expediente na Secretaria e nos Cartórios Eleitorais do Rio Grande do Norte deste Tribunal será das 8h às 13h, de segunda a sexta-feira.

Art. 2º Ficam suspensos os prazos judiciais referentes a processos eleitorais na jurisdição deste Tribunal até 20 de janeiro de 2026, período no qual não serão realizadas audiências e sessões de julgamento, como previsto no art. 220 do Código de Processo Civil, observando-se, quanto a publicação de acórdãos, sentenças e decisões, bem como quanto aos prazos de natureza judicial penal, as disposições da [Resolução TRE/RN nº 112, de 20 de outubro de 2023](#).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Desembargadora Maria de Lourdes Azevêdo

Presidente

Desembargador Ricardo Procópio Bandeira de Melo

Corregedor Regional Eleitoral

**GABINETE DO DESEMBARGADOR RICARDO PROCÓPIO
BANDEIRA DE MELO**